

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUIDADE NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ALUNOS

INCLUSIVE EDUCATION AND EQUITY FROM THE PERSPECTIVE OF THE STUDENTS' INTEGRAL FORMATION



AMANDA REGINA LIMA AQUINO

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2010); Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade São Luís (2021); Educação Especial em Deficiência Intelectual pela Faculdade Campos Elíseos (2019) e Graduada em Artes Visuais pela FAMOSP (2016); Professora de Ensino Fundamental I - na EMEF Professor Neir Augusto Lopes, DRE FÓ/Brasilândia em São Paulo, Capital.

RESUMO

O presente artigo pretende demonstrar que a escola inclusiva é aquela que possui um currículo que atenda habilidades e competências propostas na formação e desenvolvimento integral de seus alunos. Verifica-se que os estudantes necessitam de propostas curriculares que atendam com equidade as suas demandas pessoais e locais, além de possibilitar situações que garantam os direitos de aprendizagem. A inclusão se faz com a união dos sistemas escolares em que municípios e estados possam projetar uma educação de qualidade na perspectiva da educação integral, em busca de uma formação completa dos alunos, ou seja, de suas habilidades cognitivas, socioemocionais, físicas e culturais. Questões sociais e de identidade que promovam a equidade precisam ser tratadas como prioritárias nas propostas curriculares.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Educação Inclusiva; Equidade; Formação Integral; Proposta Curricular.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate that an inclusive school is one that has a curriculum that meets the skills and competencies proposed for the comprehensive training and development of its students. It

can be seen that students need curricular proposals that meet their personal and local demands fairly, as well as providing situations that guarantee their learning rights. Inclusion is achieved by uniting school systems in which municipalities and states can design quality education from the perspective of comprehensive education, in search of a complete education for students, i.e. their cognitive, socio-emotional, physical and cultural abilities. Social and identity issues that promote equity need to be prioritized in curricular proposals.

KEYWORDS: BNCC; Inclusive Education; Equity; Comprehensive Education; Curriculum Proposal.

INTRODUÇÃO

O tema abordado por meio de uma fundamentação teórica e descritiva, justifica-se pela importância de ações inclusivas em uma escola inclusiva e a sua missão de se adequar a uma população discente heterogênea e com práticas que possam possibilitar a aprendizagem dos alunos que enfrentam obstáculos para seu sucesso, bem como, realizar um atendimento especializado para alunos que dele necessitam.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esclarece que se faz necessário pensar em ferramentas e metodologias que auxiliem o aprendizado de todos, seja o aluno portador de deficiência intelectual ou com superdotação por exemplo, é direito do aluno receber um ensino de acordo com as suas necessidades. (BRASIL, LDB, art. 46).

A leitura de diferentes autores nos orienta entender, a importância da formação integral no viés de uma abordagem inclusiva e de atividades com foco no desenvolvimento global dos estudantes. Pretende-se mostrar por meio dessa pesquisa, a importância em se pensar estratégias e intervenções que atendam as diferentes necessidades dos alunos com equidade, visando o seu desenvolvimento integral.

Especificamente nosso objetivo diante da complexidade e diversidade de alunos com diferentes ritmos e demandas é mostrar essa necessidade, a de adequar o currículo para uma formação integral e que possa abranger “a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva”. (BNCC, 2017, p.14).

Verifica-se que numa demanda global, muitos alunos não têm as suas necessidades pensadas de uma forma que lhe possibilite uma educação com equidade, igualdade e de formação integral.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS

A educação integral surge como um conceito que visa a formação completa dos alunos, ou seja, suas habilidades cognitivas, socioemocionais, físicas e culturais. Nas orientações da BNCC (2017), todas deverão ocorrer simultaneamente, sem privilégios. “Isso quer dizer que, por exemplo,

a formação socioemocional do aluno não deve ser negligenciada enquanto a formação cognitiva é exaltada". (BENEDETTI, 2024, s/p.).

A formação integral, não é conteudista e sim inclusiva, pois entende o aluno como aquele que precisa ter um desenvolvimento humano global, com uma aprendizagem que vai abranger diferentes habilidades.

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BENEDETTI, 2024, s/p.).

A abordagem que visa o ser humano em suas habilidades globais, tem como objetivo um sujeito que trabalha com situações problemas e desafiadoras além de trabalhar em equipe, visando resolver as problemáticas cotidianas do mundo contemporâneo.

De acordo com a BNCC (2017), dez competências devem ser trabalhadas durante a educação básica, as quais estão em conexão com a formação integral e são necessárias para garantir os direitos de aprendizagem de todos os estudantes. Espera-se que se desenvolvam em várias áreas além do conhecimento e desta forma a educação no Brasil passa a ter a concepção de educação integral. As dez competências gerais da BNCC são:

Conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo e senso estético; Autonomia, auto-gestão, autoconhecimento, empatia e cooperação; Comunicação, argumentação e cultura digital. Perceba que são trabalhados vários aspectos do ser, o cognitivo, o emocional e o social. (BNCC, 2017, s/p.).

Diante da perspectiva, colocar em prática um currículo inclusivo e que atenda as orientações curriculares da BNCC, a escola deverá conhecer plenamente todas as habilidades e competências desse orientador e em regime de colaboração entre estados e municípios, buscar a qualidade educacional, além de priorizar as questões sociais e de identidade da sua realidade local.

Com isso, para além de orientarem práticas pedagógicas a serem adaptadas de acordo com a realidade de cada escola, os currículos estaduais e municipais funcionam como ferramenta de implementação e acompanhamento de políticas públicas educacionais. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022, s/p.).

Esse conceito de desenvolvimento integral ou educação integral, tem sua origem, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, sendo proposto por um movimento em que Anísio Teixeira (1900-1971) foi atuante e desde então, já alertava para o papel da instituição escolar na diminuição das desigualdades sociais e mais uma vez, verifica-se que formação e inclusão eram pautas associadas. O autor apontava a falta de harmonia entre os modelos tradicionais de ensino e as necessidades dos alunos. Propôs que as unidades de ensino, fossem organizadas com tempo ampliado, para a oferta de atividades além do desenvolvimento cognitivo.

Nesse sentido, Anísio propunha que as escolas brasileiras fossem de tempo integral e que vinculassem atividades relacionadas aos conhecimentos formais a atividades físicas, esportivas, artísticas, literárias, entre outras (CHAGAS; SILVA; SOUZA, 2012, s/p.).

Segundo Costa (2022), inspirado pelas ideias de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, fundou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro, incorporando esporte, cultura, assistência social e saúde como agentes contribuintes para uma Educação Integral. Nos anos 2000, a importância da Educação Integral foi retomada com a construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), na cidade de São Paulo, articulando gestão democrática a importância de formação integral

do indivíduo em suas dimensões.

O impulso é seguido por experiências análogas em Belo Horizonte, com a Escola Integrada, e o Bairro-escola Nova Iguaçu — que estendem a jornada escolar articulando os espaços físicos e os agentes educativos dos territórios como elementos estruturantes do currículo. Aquelas duas experiências impulsionaram durante o segundo mandato de Lula o Programa Mais Educação (PME), criado em 2007 por meio do Ministério da Educação que alcançou mais de 60.000 escolas no país. O PME estimulava a participação de diferentes atores, a conexão entre a escola e seu entorno e uma coordenação política intersetorial e descentralizada. Era princípio do programa, portanto, que cada território pudesse constituir os arranjos adequados para cada realidade. Uma proposta contextualizada e alinhada com a complexidade de um país continental, diverso e desigual como o Brasil. (COSTA, 2022, s/p.).

Para uma escola inclusiva focada no desenvolvimento integral, questões sociais e de identidade que promovam a equidade, precisam ser tratadas como prioritárias nas propostas curriculares. As dez competências previstas na BNCC (2017), orientam tal proposta:



Disponível em: Educação integral BNCC: 3 passos para trabalhar na escola - TutorMundi. Acesso 10 jul. 2024.

A proposta da Escola Inclusiva e que pretende uma formação integral de seus estudantes deve levar em conta algumas características para que o seu currículo seja integrador, uma vez que ele é um documento aberto a mudanças, deve estar de acordo com as vivências contemporâneas e a realidade da comunidade escolar. Seus temas devem estar em consonância com os desafios que os alunos enfrentam no cotidiano e torna-se urgente preparar situações de aprendizagens que possam efetivar o protagonismo estudantil. Este deve envolver toda a dinâmica de uma sociedade global e repensar suas atitudes contra aspectos que estão em contramão com a igualdade, equidade, inclusão e autonomia crítica de nossos estudantes, ou seja, aspectos importantes para a formação integral do ser humano.

De acordo com a BNCC (2017), existem três elementos estruturantes para a Educação Integral: visão de estudante, desenvolvimento pleno e integração curricular. Neste viés entendemos que a formação integral dos alunos já se direciona para práticas e metodologias inclusivas, que possam se adaptar as diferentes necessidades e pluralidades dos educandos.

De acordo com Mantoan (1998, p.3), a educação é o melhor caminho para a garantia da cidadania e enaltece que a oportunidade em aprender só acontece, se for respeitada as necessidades

e interesses bem como as peculiaridades dos aprendizes. Dessa forma, o currículo voltado a formação integral dos estudantes, se direciona para práticas inclusivas pois a escola se torna “um espaço educativo que crie condições para a atuação de todos sendo reflexo do processo educativo”. (SILVA, FIGUEIREDO, 2012, s/p.).

Portanto, a Educação Integral e a Educação Inclusiva compartilham dos mesmos princípios quanto ao papel central da Escola em articular estratégias de ensino que fomentam uma real – qualitativa e significativa – aprendizagem para todos os alunos e diminuem as inúmeras desigualdades socioculturais e educacionais que permanecem na Educação do nosso país. Outro ponto de congruência (entre a Educação Integral e a Educação Inclusiva) é quanto aos aspectos legais que norteiam essas duas vertentes: ambas são relativamente novas em nossa sociedade, sendo seus princípios ainda pouco compreendidos pela comunidade escolar. (SILVA; FIGUEIREDO 2012, p.5).

Quanto a formação integral, o trabalho com as habilidades cognitivas, socioemocionais, físicas e culturais são meios para atingi-la e o currículo deve ser estruturado a ponto de atingir esse desenvolvimento integral dos estudantes. A escola deverá na construção de seu Projeto Político Pedagógico e proposta curricular possibilitar condições para que o estudante seja acompanhado de forma personalizada, experimentar o processo de aprender e se desenvolver em suas singularidades, logo formação integral caminha de mãos dadas com um atendimento equânime e inclusivo.

A escola inclusiva entende que incluir não significa colocar quem está excluído para dentro do ambiente escolar e sim norteia que as estruturas e atitudes deverão ser mobilizadas desde a educação infantil passando por diferentes modalidades de ensino na organização de ações para que todos possam ser reconhecidos e ter os seus direitos de aprendizagem assegurados.

A pandemia de covid-19 em 2020, agravou as desigualdades educacionais, retirando a possibilidade da frequência presencial e uma redução na realização de atividades dedicadas aos estudos bem como os índices de exclusão escolar aumentaram. Hoje diferentes projetos são planejados para que a educação de uma forma global possa recuperar as falhas e retrocessos nos índices educacionais causados pelo contexto acima citado.

A Educação para todos é uma pauta permanente e a LDB/9394, garante acesso e permanência aos alunos em ambiente escolar. No contexto atual e contemporâneo, a inclusão e equidade deverão fazer parte da formação continuada de docentes bem como nortear os projetos políticos pedagógicos das unidades escolares. A gestão democrática e as propostas curriculares de todos os sistemas de ensino devem ter como pauta prioritária, a educação inclusiva, equidade e formação integral em seus currículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo responde as indagações realizadas e contempla o seu propósito, defender que a Educação Inclusiva e equidade estão na perspectiva da formação integral dos estudantes, logo incluir significa entender que os seres humanos em suas pluralidades e singularidades necessitam de uma proposta curricular que abrange uma visão integradora.

Verifica-se a existência de três elementos estruturantes para a uma Educação Integral: visão

de estudante, desenvolvimento pleno e integração curricular. Tais estruturantes atuam em relação as dimensões físicas, pela qual os discentes, possam desenvolver autocuidados e atenção com o seu corpo; Afetiva, esta provoca afetos e cria vínculos e pertencimentos, pois aprende-se o que faz sentido. Na dimensão cultural, o estudante precisa ter ampliação de repertório, ter reconhecido o contexto de sua família e de seu território e isso marca e determina suas trajetórias, levando-o a ser crítico e atuante num contexto global.

A formação integral prevista na BNCC (2017) tem como pressuposto a multidimensionalidade do sujeito, o qual precisa ter condições para se desenvolver em todas as dimensões da experiência humana. A proposta curricular deverá se articular com os vínculos e agentes em que os estudantes se relacionam, isso significa que a escola como mediadora e inclusiva irá considerar a cidade e o bairro como campo de pesquisa, ou seja, o seu território onde está inserida.

Educação Inclusiva, equidade e formação integral, formam o currículo integrador dos sistemas de ensino. Entende-se que a política de implementação da educação integral atua em dimensões, sendo elas cognitivas, socioemocionais, físicas e culturais. Educação inclusiva e integral, se unem em prol da aprendizagem para todos os alunos em busca de minimizar as inúmeras desigualdades socioculturais e educacionais que permanecem na Educação do nosso país.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Thais. **Tutormundi. Gestão Escolar**. Disponível em: Educação integral BNCC: 3 passos para trabalhar na escola - TutorMundi. Acesso 10 jul. 24.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Educação é a base. (2017). Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso 13 jul. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da União] - Seção 1 - data 23 dez.1996, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COSTA, Natacha. **Por que e qual Educação Integral agora? 2022**. Disponível em: educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-e-qual-educacao-integral-agora/. Acesso 17 jul. 2024.

CHAGAS, Marcos Antônio M. das; SILVA, Rosemaria J. Vieira; SOUZA, Silvio Claudio, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: **Contribuições para o debate atual**, pp 72-81. IN: MOLL, Jaqueline et. al, **Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a outros tempos e espaços educativos**, Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Fascículo da Educação Especial**. Ministério da Educação e Cultura – MEC, Brasília, 2011.

SENNA, Instituto Ayrton. **Construindo um currículo de educação integral**. Brasil, 2022. Disponível em: Guia Especial Didático Sobre a BNCC - Instituto Ayrton Senna. Acesso 13 jul. 2024.

SILVA, Camila Barreto. FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Educação Integral e Educação Inclusiva: ações estratégicas no ensino de respeito às diferenças**. VI Colóquio Internacional de Educação: Educação e contemporaneidade, UFS, 2012. Disponível em: Microsoft Word - Camila Barreto Silva (ufs.br). Acesso 15 jul. 2024.